

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DAVI ANSELMO DE CARVALHO

**AS NEGOCIAÇÕES PARA O FIM DO *APARTHEID*: CARACTERÍSTICAS E
ESTRATÉGIAS NA MESA DE NEGOCIAÇÃO**

Santana do Livramento, 2014

DAVI ANSELMO DE CARVALHO

**AS NEGOCIAÇÕES PARA O FIM DO *APARTHEID*: CARACTERÍSTICAS E
ESTRATÉGIAS NA MESA DE NEGOCIAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Flávio Augusto
Lira Nascimento

Santana do Livramento, 2014

DAVI ANSELMO DE CARVALHO

**AS NEGOCIAÇÕES PARA O FIM DO *APARTHEID*: CARACTERÍSTICAS E
ESTRATÉGIAS NA MESA DE NEGOCIAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Trabalho de conclusão de curso defendido em: ____ de _____ de 2014.

Banca examinadora

Prof. Me. Flávio Augusto Lira Nascimento

Orientador

Universidade Federal do Pampa

Prof. Dr. Renatho José da Costa

Universidade Federal do Pampa

Profa. Dra. Nathaly Silva Xavier Schütz

Universidade Federal do Pampa

Dedico este trabalho à minha família

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que colaboraram nessa fase da minha vida que tem sido a estada no sul do país. Agradeço a todos os colegas, especialmente Daniel Guichard, Eduardo Machado, Fernando Rieger e Marlon Bianchini, com os quais tive a oportunidade de morar junto e aprender bastante. Agradeço também à minha amada, Fernanda Nunez, por ter estado ao meu lado em tantas situações durante minha morada na fronteira.

Agradeço também a todos os professores da Universidade Federal do Pampa, que contribuíram enormemente para minha formação. Obrigado especialmente ao professor e orientador Flávio Lira, por ter me ajudado imensamente na elaboração desse trabalho, sempre com sugestões pertinentes. Prolongo os agradecimentos ao professor da Universidade de Brasília Pio Penna Filho, que, apesar de não o conhecer pessoalmente, me ajudou bastante, disponibilizando muitos livros que serviram como material de pesquisa para a elaboração do trabalho.

Agradeço enormemente aos meus amigos em Recife, por terem me dado conselhos e me ajudado nessa jornada de 4 anos que tem sido minha vida universitária.

Finalmente, meus sinceros agradecimentos à toda minha família. Agradecimento especial à mãe e ao pai, por terem me criado e me ensinado a ser um homem honesto e de princípios. Obrigado também aos meus 2 irmãos e minhas 2 irmãs, por sempre terem oferecido companhia de imensa qualidade, além de conversas proveitosas sobre diversos assuntos. Amo muito e me orgulho de cada um de vocês, e tenho plena consciência de que sou extremamente sortudo por pertencer a uma família tão extraordinária como é a nossa.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar as principais etapas dos processos negociais ocorridos na África do Sul entre 1985 e 1993. Esses processos negociais visavam uma transição do regime de *apartheid* para uma democracia no país sul-africano. Primeiramente, são analisadas as negociações secretas bilaterais entre representantes do principal partido de oposição ao governo sul-africano, o Congresso Nacional Africano, e o partido que detinha o poder no período, o Partido Nacional. Essas negociações duraram aproximadamente 5 anos, de 1985 a 1990. Além disso, são analisadas as negociações formais, que foram de 1990 a 1993, e culminaram nas eleições democráticas de 1994. As principais etapas de tais negociações são analisadas, bem como as conjunturas internacional, regional e interna, que serviram como pano de fundo durante o processo, e tiveram bastante influência em seu desfecho. Para tal, são estudadas diversas obras referentes ao assunto da transição de um regime segregacionista para um regime democrático na África do Sul, além da análise de documentos oficiais do período. Na análise proposta por essa monografia, objetiva-se entender quais foram os fatores que contribuíram para que o processo negocial fosse bem sucedido na África do Sul.

Palavras-chave: África do Sul; Negociação; *Apartheid*; Congresso Nacional Africano; Partido Nacional.

ABSTRACT

The goal of this monograph is to analyse the main steps of the negotiation process that happened in South Africa between 1985 and 1993. This negotiation process aimed to support the transition from *apartheid* to democracy in South Africa. Firstly, the secret bilateral negotiations between the main oppositional party to the south african government, the African National Congress, and the party wich held the power at the time, the National Party, will be analysed. Those negotiations lasted approximately 5 years, from 1985 to 1990. Furthermore, the formal negotiations, that went from 1990 to 1993, and culminated in the democratic elections of 1994, will also be analysed. The main steps of such negotiations will be analysed, as well as the international, regional and internal conjuncture, that were the background for the process, and had a big influence in the denouement of the process. For such purpose, several books refering to the transition from a segregationist regime to a democratic regime in South Africa, as well as official documents of the period, were studied. In this monograph's analysis, it is intended to understand wich were the factors that contributed to the sucessful end of the negotiation process.

Keywords: South Africa; Negotiation; *Apartheid*; African National Congress; National Party.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OS FATORES QUE DERAM CONDIÇÕES PARA A TRANSIÇÃO NEGOCIADA.....	13
2.1 A conjuntura internacional no contexto de crise do <i>apartheid</i>	14
2.2 A crise do <i>apartheid</i> na África Austral.....	17
2.3 Questões internas da África do Sul.....	18
2.4 A interdependência complexa e o enfraquecimento do <i>apartheid</i>	21
2.5 Considerações.....	22
3. AS NEGOCIAÇÕES SECRETAS.....	23
3.1 Narrativa da negociação.....	23
3.2 De Klerk e as reformas fundamentais.....	26
3.3 Análise do processo negocial em si.....	27
4. AS NEGOCIAÇÕES OFICIAIS.....	29
4.1 A questão das alianças e o papel dos Estados Unidos.....	29
4.2 As pré-negociações.....	31
4.3 CODESA I, CODESA II e as negociações bilaterais.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

O *apartheid* consistia em um regime segregacionista adotado na África do Sul no período de 1948 a 1994. Os líderes sul-africanos defendiam que a etnia branca europeia deveria ser preservada, e por isso o regime de segregação racial se justificaria. Para tal fim, existiram os *Group Areas Act*, que consistiam em leis do parlamento sul-africano, e abordavam questões de moradia. Essas leis delimitavam os locais em que os brancos e os negros do país poderiam residir, o que acabou acarretando em uma maior segregação. Além de questões de moradia, o regime de *apartheid* também segregava a educação, a saúde, e até mesmo o direito à cidadania. Em todos esses aspectos citados, a população branca sul-africana era privilegiada, enquanto a grande maioria negra do país vivia em condições piores. Durando quase cinquenta anos, o regime deixou marcas e construiu identidades que a população sul-africana leva consigo na atualidade. As negociações para o fim do *apartheid* surgiram no final da década de 1980, e vieram a terminar em 1993, e culminaram na implementação de um regime democrático na África do Sul, em 1994.

O presente trabalho tem como objeto todas as fases das negociações que levaram ao fim do regime de *apartheid*, que foram de 1985 a 1993. As primeiras negociações foram informais e secretas, mediadas por uma mineradora britânica que visava salvar seus investimentos no país. Aliadas a fatores externos, essas negociações foram extremamente importantes para que fosse alcançado sucesso ao fim do processo negocial, e para que fossem implementadas as eleições presidenciais democráticas em 1994. Essas negociações informais duraram aproximadamente cinco anos, e reuniram intelectuais representando os interesses do Partido Nacional e representantes do Congresso Nacional Africano. O Partido Nacional era o partido governante na época, e o Congresso Nacional Africano consistia na oposição, mesmo que não fosse considerado um partido político pelo governo sul-africano. Ao fim das negociações, um dos líderes do CNA, Nelson Mandela, foi solto, e o presidente Frederik Willem de Klerk retirou o banimento do CNA como partido político.

Essas consequências foram de suma importância para que fosse dado início às negociações *oficiais*. Elas abriram caminho para que, nos próximos três anos, ocorressem negociações que culminaram em eleições democráticas presidenciais.

Paralelamente a essas negociações formais e informais, houve fatores que podem ter contribuído para que o desfecho ocorresse de tal modo. Durante a década de 1980, a África do Sul vivia um isolamento devido às sanções impostas por grande parte da comunidade internacional (visto que a Organização das Nações Unidas já havia condenado o *apartheid*, e encorajado os países a impor sanções econômicas ao país sul-africano). Pode-se citar, também, a crise da dívida de 1985, que fez o país declarar moratória. Esses problemas econômicos minaram a credibilidade do governo sul-africano perante a população. Há também o fim da Guerra Fria, que desencorajou as grandes potências ocidentais a manter o apoio velado ao regime de *apartheid*. Além disso, o crescimento do debate sobre direitos humanos na comunidade internacional foi mais um dos fatores inimigos do regime, e que contribuíram para a decadência do mesmo.

O objetivo principal deste trabalho é analisar e compreender como e por que o processo negocial foi bem sucedido. Além disso, procurar-se-á entender se a conjuntura internacional (crise dos anos 1980, fim da Guerra Fria, entre outros fatores) colaborou ou não para o desfecho bem sucedido das negociações.

Tendo em mente o objetivo principal, teremos três objetivos específicos a serem analisados. O primeiro consiste em analisar os métodos negociais utilizados por ambos os lados da mesa de negociação, bem como suas estratégias e quem eram seus aliados. O segundo objetivo específico é analisar a conjuntura internacional da época, visando entender se essa foi determinante ou não para o resultado da negociação. O terceiro objetivo específico é identificar se há uma relação entre os dois primeiros objetivos específicos, se a conjuntura do sistema mundial na época foi (ou não) relevante para que as alianças do Partido Nacional e do Congresso Nacional Africano fossem formadas. A partir do momento que essas informações forem apresentadas, será mais fácil compreender de que forma e em que conjuntura essas negociações ocorreram, e o porquê de seu desfecho.

O estudo das estratégias negociais se justifica pelo fato de a negociação em questão ter atingido positivamente a África do Sul e a comunidade internacional. A análise de tais estratégias pode ser fundamental para entender o sucesso de outras negociações, dentro ou fora da África do Sul.

Um exemplo ilustrativo para corroborar a justificativa seriam as negociações entre Brasil e diversos países da América do Sul, na virada do século XIX para o século XX, visando à delimitação de nossas fronteiras. O Barão do Rio Branco utilizou-se de várias técnicas negociais para atingir o objetivo desejado, e, ainda assim, ficou sujeito à conjuntura internacional em diversos momentos. Talvez ele não tivesse obtido o sucesso alcançado se o sistema internacional não fosse favorável ou se a estrutura geopolítica na qual o Brasil estava inserido fosse diferente.

Outro exemplo seriam as negociações entre Egito e Israel na década de 1970. Após duas guerras sem sucesso (Guerra dos 6 dias e do Yom Kipur), e tendo perdido territórios para Israel (notoriamente o deserto do Sinai), o Egito resolveu entrar em um processo de negociações com Israel. Devido ao modo como o sistema internacional estava estruturado naquela época, as negociações tomaram certo rumo. Como resultado das negociações, para recuperar o deserto do Sinai, o Egito teve que reconhecer o Estado de Israel.

O estudo da influência da conjuntura internacional no desfecho de determinadas negociações é relevante para que possam ser feitas previsões acerca de futuros processos negociais. Desse modo, é essencial que tais fatores sejam estudados, para que negociações futuras possam ocorrer da melhor maneira possível.

A hipótese central do trabalho defende que o processo negocial entre o governo sul-africano e o Congresso Nacional Africano foi bem sucedido por uma série de motivos. O regime de *apartheid*, no final da década de 1980 (período em que iniciam-se as negociações), já estava abalado. Devido à crise internacional dos anos 1980, a credibilidade do governo sul-africano já não era mais a mesma perante a população sul-africana (como citado anteriormente). A Organização das Nações Unidas já havia condenado o regime. A elite branca minoritária já podia prever o fim do regime, mesmo que alguns extremistas (principalmente membros do Partido Conservador) se recusassem a vê-lo. Com o fim da Guerra Fria, o apoio velado que o governo sul-africano tinha por partes das grandes potências ocidentais (notoriamente Estados Unidos, França e Reino Unido) acaba, pois não era mais de interesse do mundo ocidental a manutenção do regime segregacionista (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Isso acontece porque o *apartheid* era uma forma de conter o avanço do socialismo na África, daí o apoio das grandes potências ao regime. Com a queda do muro de Berlim e a perda desse apoio, o regime é enormemente enfraquecido. Somado a isso, há o

crescimento do debate sobre direitos humanos no âmbito internacional, fazendo com que a opinião pública internacional reprovasse o regime cada vez mais. Além desses fatores, há a habilidade dos negociadores do CNA, em especial Nelson Mandela, que tomou a frente das negociações.

Como embasamento teórico utilizaremos a teoria da interdependência, de Robert Keohane e Joseph Nye, a fim de entender se fatos como a crise dos anos 1980 e o fim da Guerra Fria vieram a ser determinantes num processo negocial na África do Sul. No livro “Poder e Interdependência”, Keohane e Nye explicam a dependência mútua entre os países de todo o mundo. A hipótese central do trabalho ilustra um exemplo de como a teoria da interdependência complexa se dá na prática. O fato do fim da Guerra Fria ter desencadeado uma série de eventos que possam ter interferido na política interna da África do Sul (o enfraquecimento e posterior queda do sistema de *apartheid*) exemplifica a teoria de Keohane e Nye, ilustrando como o mundo está interligado e extremamente dependente de fatores externos.

O fato de algumas potências, como Itália e Inglaterra, buscarem a derrubada das sanções impostas pela ONU ao governo sul-africano (desde 1962 as Nações Unidas condenavam as práticas racistas do *apartheid*), mostra um apoio dessas potências ao mesmo e, indiretamente, à elite branca minoritária (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Esse apoio resultará numa aliança, mesmo que informal, entre tais potências e o Partido Nacional, na mesa de negociação. Da mesma forma, as alianças formadas entre a União Soviética e o Congresso Nacional Africano culminarão num apoio ao CNA na mesa de negociação.

Além da teoria das Relações Internacionais citada acima, serão utilizados estudos sobre as teorias da negociação. Procurar-se-á entender se a conjuntura internacional naquele período (analisada com base na teoria de Relações Internacionais) afetará o modo como as negociações foram travadas (analisadas baseando-se nas teorias de negociação).

Será utilizado o livro “Como Chegar ao Sim: Negociações de Acordos sem Concessões”, de Roger Fisher, William Ury e Bruce Patton. Esta obra apresenta várias técnicas de negociação e é escrita por três professores da Universidade de Harvard, instituição pioneira nos estudos sobre negociações internacionais. David Lax e James Sebenius, professores da mesma instituição acima mencionada, escreveram a obra

“Negociação 3D – Ferramentas poderosas para modificar o jogo nas suas negociações”, na qual exibem o conceito de negociação 3D e aprofundam nas técnicas persuasivas para que uma negociação ocorra como o planejado. Ambas as teorias de negociação mencionadas acima serão utilizadas para a elaboração do estudo. No decorrer do trabalho, serão feitas ligações entre as atitudes de ambos os lados da negociação (Governo e CNA) e as técnicas negociais estudadas, mostrando-se onde foi usado que tipo de técnica durante o processo negocial.

O método utilizado nesse estudo das negociações para o fim do *apartheid* será o método histórico, dispondo principalmente da documentação indireta. Por esse método, analisa-se o processo histórico, que deu condições para o início das negociações. Tal processo será de suma relevância para o entendimento do processo negocial e seu desfecho. Serão utilizadas fontes primárias (documentais) e secundárias (bibliográficas). O estudo será feito por meio de livros, jornais, documentários, notícias, além de análise de documentos oficiais do período.

A respeito da estrutura, o trabalho será composto por três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo tratará sobre os diversos fatores que possam ter influenciado no desfecho dos processos negociais (informal e, posteriormente, formal). Em especial será tratado o fim da Guerra Fria, evento que de fato marca uma divisão entre as negociações informais e as formais. Os 5 anos após o fim da Guerra Fria são marcados por negociações oficiais entre o Governo sul-africano e o Congresso Nacional Africano. Esse capítulo buscará entender se a queda do muro de Berlim tem ligação com o fim do sistema de *apartheid* e se, de fato, esse acontecimento é de extrema relevância para que o presidente F.W. De Klerk decreta a soltura de Nelson Mandela, retire o banimento do CNA como partido político, e inicie as negociações formais a caminho de uma democracia. Além disso, analisar-se-á a conjuntura regional da África Austral na época, e a situação interna da África do Sul.

O segundo capítulo versará sobre as negociações informais e secretas entre o Governo da África do Sul e o Congresso Nacional Africano, mediadas pela empresa *Consolidated Gold Fields* (HARVEY, 2001). Para esse capítulo, será utilizado o livro “*The Fall of Apartheid*”, de Robert Harvey, que trata desde o início das negociações até a soltura de Nelson Mandela. Serão analisadas as técnicas negociais utilizadas por ambos os lados na mesa de negociação, suas forças e fraquezas, atitudes, etc.

O terceiro e último capítulo versará sobre as negociações oficiais, que foram de 1990 a 1993, e culminaram com as eleições democráticas presidenciais em 1994. Todas as fases da longa negociação serão abordadas, com ênfase em alguns momentos chave. O “*Groote Schuur Minute*” e o “*Pretoria Minute*” foram momentos iniciais, que visavam acabar com o clima de violência existente no país (WA MUIU, 2008). Após esse período inicial, houve o “National Peace Accord”, que preparou o caminho para o início das negociações formais. Essas negociações levaram o nome de CODESA (*Convention for a Democratic South Africa*, ou, em português, Convenção para uma África do Sul Democrática), e foram divididas em CODESA 1 e CODESA 2 (DU TOIT, 2001). Essas convenções contavam com um grande número de partidos, de dentro e de fora da África do Sul. Após essas convenções, ainda houve negociações bilaterais entre o CNA e o Partido Nacional, culminando nas eleições de 1994.

2. OS FATORES QUE DERAM CONDIÇÕES PARA A TRANSIÇÃO NEGOCIADA

Durante os anos 1980, a África do Sul vivia um período de instabilidade em seu território. O regime segregacionista do *apartheid*, apesar dos esforços do Partido Nacional, mostrava seu enfraquecimento. O Congresso Nacional Africano havia ganhado força, e a população sul-africana (principalmente a parte negra da população) não conseguia mais ficar satisfeita diante dos problemas sociais que abalavam o país. Apesar dos esforços contrários por parte do governo, tudo se encaminhava para que negociações entre o CNA e o Partido Nacional fossem iniciadas. Essas negociações iniciaram-se de maneira secreta, sem o conhecimento popular, e serão analisadas no próximo capítulo. O presente capítulo visa à análise da conjuntura interna e externa que deu condições para que essas negociações se iniciassem e, fossem bem sucedidas.

No final da década de 1980, percebe-se que alguns fatores colaboraram para que as negociações informais fossem bem sucedidas e se desse início a um processo negocial formal que visasse à implementação de uma nova constituição. Esses fatores podem ser divididos em três grupos, para fins de metodologia.

Primeiramente, tem-se a conjuntura internacional, que foi extremamente relevante nesse processo. Analisar-se-á se ela teve influência direta no desfecho de tais negociações. Depois, percebem-se as forças regionais, o apoio de países e grupos da África Austral a cada lado da negociação. E ainda é necessário analisar os fatores políticos e sociais internos. Dentro desses três grupos, por vezes, os fatores intercalam-se, podendo pertencer a mais de um grupo. Somente diante de uma análise desses fatores podemos ter uma visão multifacetada e mais completa sobre os motivos que permitiram uma transição negociada na África do Sul.

2.1 A conjuntura internacional no contexto de crise do *apartheid*

Na escala global, os aspectos iam se desenhando para que o sistema de *apartheid* chegasse ao fim. Como citado anteriormente, a credibilidade do governo sul-africano estava extremamente abalada com o isolamento econômico pelo qual a África do Sul estava passando. Mas, talvez, o fato mais marcante e relevante nesse período tenha sido o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Desde a implementação do sistema de *apartheid* na África do Sul, o país vinha contando com o apoio, mesmo que velado, de grandes potências ocidentais (principalmente Estados Unidos, França e Inglaterra, que comercializavam armas com o exército sul-africano) (VIZENTINI; PEREIRA, 2010). Durante a Guerra Fria, há o grande interesse por parte dos dois blocos (capitalista e socialista) em manter e expandir suas áreas de influência. O *apartheid* da África do Sul era visto como uma barreira antissocialista na região da África Austral, o que justificava o apoio das grandes potências ocidentais ao sistema. A aproximação do bloco socialista de países africanos (como Angola, por exemplo) só reforçava esse temor ocidental. As políticas excludentes e a repressão militar aos contrários ao sistema não davam espaço para que novas ideologias fossem adotadas no país. E isso por si só, interessava ao bloco capitalista.

Do meio para o fim da década de 1980, com o gradual enfraquecimento da União Soviética, o bloco capitalista ocidental ia percebendo que o sistema racista sul-africano poderia ser extinto sem grandes prejuízos. Com a queda da União Soviética,

não há mais a necessidade de se apoiar um sistema que já havia sido condenado pela Organização das Nações Unidas e pela opinião pública internacional (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Sendo assim, no pós-Guerra Fria, percebe-se a retirada gradual desse apoio das potências ocidentais (em especial os Estados Unidos) ao sistema de *apartheid*. Um exemplo dessa retirada de apoio foi a implementação, por parte dos Estados Unidos, do *Comprehensive Anti-Apartheid Act*, que consistia em uma lei de 1986 que impunha diversos tipos de sanções econômicas à África do Sul.

A União Soviética e a Alemanha Oriental eram os grandes financiadores da oposição ao governo sul-africano (em especial o Congresso Nacional Africano). Com a dissolução de ambas, é paradoxal pensar que o CNA pudesse colher bons frutos disso. A URSS provia treinamento militar e armamentos ao Congresso Nacional Africano e, com o seu fim, o CNA perdeu um forte aliado. Porém, esse ônus que sofreu o CNA acabou-se transformando numa vantagem, como foi explicado anteriormente. O fim da Guerra Fria fez com que as potências ocidentais perdessem o interesse em apoiar o governo sul-africano, já que não havia mais um inimigo para lutar-se contra.

Aliado a esses aspectos, nota-se um isolamento da África do sul. Tanto em questões políticas, culturais e até esportivas, percebe-se que as sanções de diferentes naturezas as quais a África do Sul era submetida, causavam uma pressão enorme sobre o Partido Nacional. A Organização das Nações Unidas já havia condenado o regime desde a década de 1960, e grande parte da opinião pública internacional já reprovava o *apartheid*. Ainda assim, pode-se afirmar que as sanções econômicas foram as que mais castigavam o Partido Nacional.

Os Estados Unidos da América eram antigos parceiros da África do Sul, mas isso não impediu o congresso norte-americano de aprovar o *Comprehensive Anti-Apartheid Act* em 1986, uma lei que definia sanções econômicas de todas as naturezas para a África do Sul. O presidente Ronald Reagan, então, se viu obrigado a achar maneiras de contornar o CAAA para manter o intercâmbio comercial com o país. Além de continuar com a venda de armas para o país sul-africano, os EUA fizeram *lobby* com alguns países europeus para que os mesmos não adotassem posturas tão severas em relação à África do Sul. A administração Reagan se interessava notoriamente no carvão sul-africano, e tentou persuadir alguns parceiros europeus a não adotar embargos referente ao bem (THOMSON, 2008).

Com isso, nota-se uma política norte-americana que pode ser considerada ambígua. Adotou-se sanções supostamente para enfraquecer o *apartheid*, mas de fato os EUA tinham interesse em sair ilesos junto à comunidade internacional e à opinião pública interna do país. A venda de armas e o não-respeito às sanções configuram uma aliança, mesmo que indireta, dos Estados Unidos com o governo sul-africano.

Mesmo com a tentativa por parte de alguns países europeus, como Inglaterra e Portugal, em aliviar as sanções, além do forte comércio de armamentos com potências (principalmente Estados Unidos, França e Inglaterra), a África do Sul sentia as consequências das sanções econômicas impostas ao país. A globalização fazia com que a África do Sul sofresse muito com o restrito intercâmbio comercial, intercâmbio este que, num mundo globalizado, é essencial para a sobrevivência e prosperidade de um país (INTERNATIONAL IDEA, 2001).

Essa citação da professora Analúcia Danilevicz Pereira ilustra bem a questão do isolamento sofrido pela África do Sul no período antecedente ao processo negocial que deu fim ao sistema de *apartheid*:

No final da década de 1980, a mudança processada no cenário internacional refletiu significativamente sobre a política interna e externa da África do Sul. Diante de um novo jogo de forças que se constituía, as sanções econômicas se intensificaram e as críticas morais em defesa dos direitos humanos tornaram-se bandeiras em todas as partes do mundo. O boicote global à África do Sul produziu fortes constrangimentos econômicos internos e refletiu significativamente sobre a política regional (VISENTINI; PEREIRA, 2010, pg. 56).

Era diante dessa conjuntura que o Partido Nacional tentaria a manutenção do regime segregacionista. A conjuntura não era nada favorável, pois, como dito anteriormente, as sanções econômicas vieram aliadas à gradual retirada do apoio ocidental ao país africano, com o fim da Guerra Fria. Por esses motivos e por questões internas, os líderes do Partido Nacional se viam obrigados a ceder às pressões e dar início a negociações, para que a situação interna do país não viesse a piorar.

2.2 A crise do *apartheid* na África Austral

Os aspectos regionais da África Austral também devem ser considerados quando fazemos uma análise dos fatores que contribuíram para a decadência do *apartheid* e o início de uma transição negociada na África do Sul. Na década de 1970, tropas sul-africanas entraram em Angola, com a clara intenção de impedir o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) de se tornar o partido governante. Essa ação, contudo, não obteve o sucesso almejado, visto que alguns anos após a invasão, tropas cubanas entraram em Angola. As tropas cubanas estavam do lado do MPLA, o que enfraqueceu o poderio sul-africano no local. Com isso, os Estados Unidos da América se encontrou sem opções, e retirou seu apoio às tropas da África do Sul (MAHARAJ, 2008). Mais tarde, com o Acordo de Nova Iorque, os termos para as retiradas das tropas cubanas de Angola ficaram acertados, assim como a independência da Namíbia.

As independências dos países da África Austral também não eram do interesse sul-africano. Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia se declararam independentes no período que vai do final da década de 1970 ao começo dos anos 1980, e a influência da África do Sul em seus respectivos governos diminuiu significativamente.

Diante das independências de seus países vizinhos e da gradual perda do apoio das grandes potências, a governo sul-africano se mostrava cada vez mais incapaz de manter-se no poder. O “cordão sanitário” que a África do Sul mantinha na África Austral já não existia mais, e os países que o compunham poderiam se tornar, dali para frente, grandes opositores do *apartheid*.

Outro fator importante a ser considerado a âmbito regional é o ganho de aliados que o Congresso Nacional Africano teve, com as independências dos países da África Austral. Apesar da dissolução dos principais aliados do CNA (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Alemanha Oriental), esse apoio dos países vizinhos foi de suma importância para que o partido pudesse superar as perdas. Tendo nos Estados da Linha de Frente os seus principais aliados, o CNA conseguiu arrecadar fundos para manter-se em atuação, além de desfrutar de um trabalho de cooperação política, almejando o desenvolvimento econômico e social, realizado pelos ELF.

O governo sul-africano, porém, adotava uma política externa de desestabilização na região, visto que essas independências apenas beneficiavam seu adversário, o CNA. Essas tentativas não foram frutíferas, e o alinhamento do CNA aos países da região da África Austral foi mais um fator contribuinte para o enfraquecimento do *apartheid*.

2.3 Questões internas da África do Sul

No que tange os aspectos internos da África do Sul, pode-se afirmar que a instabilidade social só trazia prejuízos ao governo vigente. O CNA era extremamente bem organizado e contava com um enorme apoio da maior parte da população negra. Do outro lado, o Partido Nacional contava com um forte poder policial de defesa, podendo reprimir a maioria das ações militares do CNA (NATHAN, 2004). Além do poderio militar, o governo ainda detinha alguns meios de comunicação, que, por vezes, poderiam ser utilizados para ludibriar a opinião pública sul-africana, como alguns jornais e canais de televisão.

O governo sul-africano iniciou uma série de pequenas reformas, ajustando o sistema de *apartheid* no meio da década de 1980. O casamento entre pessoas de etnias diferentes foi liberado, as carteiras de identidade dos cidadãos (que antes especificavam as etnias) passaram a ser igualitárias, entre outros ajustes. Foi instaurado um parlamento tricameral, separando os brancos dos negros e dos indianos. Essa estratégia não funcionou, e as duas comunidades (negros e indianos) se juntaram à luta do CNA. O presidente Botha não visava acabar com o regime, mas sim moldá-lo para que a elite branca continuasse no poder, visto que, nos moldes anteriores, o *apartheid* não conseguiria se sustentar por muito tempo. Porém, como dito anteriormente, a estratégia governamental de Botha não funcionou, e deu ainda mais força aos movimentos que buscavam a igualdade racial na África do Sul (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Essas reformas aplicadas por Botha trouxeram mais prejuízo do que ele poderia imaginar. Descontentes com o fato do presidente ter cedido às pressões e feito concessões aos negros, uma ala radical do Partido Nacional anunciou seu

desligamento do partido e fundou-se, então, o Partido Conservador. O Partido Nacional ficou dividido, com um grupo acreditando ser importante a conversa com os diversos setores da sociedade sul-africana, e o outro grupo que não aceitavam acatar as demandas dos não-brancos (negros e indianos). O governo, então, passou a variar entre essas duas correntes.

Outro aspecto interno que pode ser considerado relevante na crise do regime de *apartheid* foi a repulsa ao próprio por parte das igrejas. O Conselho Sul-Africano de Igrejas, principalmente a partir da década de 1980, começou a postar-se contra o regime, aumentando o número de contestadores do *apartheid*. As igrejas protestantes que anteriormente justificaram o *apartheid* com bases teológicas (a *Nederduitse Hervormde Kerk* e a *Nederduitse Gereformeerde Kerk*) não configuravam maioria, e ficaram apartadas das outras igrejas no que diz respeito ao apoio ao regime (MAHARAJ, 2008). Levando-se em conta que a maior parte da população do país é cristã, esse fato é de grande relevância para entendermos o aumento do repúdio ao regime de *apartheid*, por parte da população.

No fim dos anos 1980, a mídia de massa, que em diversas ocasiões tentavam justificar o regime, começa a mostrar-se contra o regime de *apartheid*, muito pressionada pelos grupos ativistas populares que lutavam contra o governo. Esse é mais um fator que colaborou para a decadência do regime, fazendo com que a opinião pública nacional (inclusive os brancos) visse o Congresso Nacional Africano com certa simpatia, apesar das ocasionais ações armadas que o partido proporcionava.

Diante de todos esses fatores, os representantes do governo sul-africano passaram a entender que uma transição negociada se fazia necessária. Além disso, a população (negra e indiana) da África do Sul já tinha se mostrado contrária às pequenas reformas do presidente Botha, que visavam apenas disfarçar o *apartheid* e manter o poder nas mãos de um pequeno grupo. Ou seja, era necessário que fosse iniciado um processo negocial formal e oficial, que mudasse a constituição por completo, para que o país não entrasse no colapso de uma guerra civil.

Porém, algumas concessões tinham de ser feitas por ambos os lados para que o processo tivesse início. Como na grande maioria dos processos negociais, o governo vigente demandava que o outro lado envolvido (no caso, o CNA) renunciasse à sua luta armada. No caso específico da África do Sul, o governo também demandou

a entrega das armas que o Congresso Nacional Africano tinha em sua posse. O CNA se recusou a atender esse último pedido do governo, pois eles temiam que a posição do Partido Nacional se modificasse, e a empatia criada entre os dois lados se esgotasse. Para que houvesse a devolução das armas, teriam que ser feitas mudanças irreversíveis no sistema político sul-africano.

Do outro lado, o CNA também tinha suas demandas a serem atendidas. Eles defendiam que, durante as negociações, ambos os lados envolvidos deveriam estar em igualdade política e, para isso, as leis segregacionistas e as leis de repressão política deveriam ser revogadas. A soltura de prisioneiros políticos, em especial Nelson Mandela, também se fazia necessária. Finalmente, o CNA também pedia a anistia temporária para seus líderes que voltavam do exílio.

Esse cenário só foi possível após a renúncia do então presidente Pieter Willem Botha, em 1989, com problemas de saúde. Com sua saída, quem assume a presidência é Frederik Willem de Klerk, que tinha uma visão mais abrangente da situação e estava disposto a mudanças. De Klerk tinha consciência de que o poder somente nas mãos dos brancos não iria resistir por muito mais tempo, então, ele preferiu abrir as portas para as negociações e acompanhar de perto os rumos da mesma, de forma a fazer com que os prejuízos à população branca fossem os menores possíveis (HARVEY, 2001). Em meio aos avanços alcançados nas negociações secretas (assunto que será abordado no próximo capítulo), de Klerk retirou o banimento de partidos políticos que eram considerados uma ameaça ao *apartheid*, declarou a soltura de alguns prisioneiros políticos, entre eles Nelson Mandela, e declarou que estaria aberto a dar início a negociações formais multipartidárias. Do outro lado, o Congresso Nacional Africano concordou em suspender a sua luta armada enquanto as negociações estivessem ocorrendo, e se declarou pronto para que o processo negocial fosse iniciado.

Ainda no que tange questões internas sul-africanas, nota-se um fator determinante para a decadência do *apartheid*. As complicações econômicas, movidas essencialmente pelo isolamento (político, cultural e, primordialmente, econômico) que a África do Sul passava naquele momento. O boicote global ao país, que ocorreu (em sua maioria) na forma de sanções econômicas, teve um impacto negativo forte na economia sul-africana, deixando o país isolado e inapto a agir livremente quanto a questões de comércio internacional. Com a crescente globalização, uma maior

dependência econômica entre os países se configura no sistema internacional, fazendo com que o regime de *apartheid* não fosse a opção de governo mais viável para o país, no âmbito econômico.

2.4 A interdependência complexa e o enfraquecimento do *apartheid*

A teoria da interdependência complexa nos possibilita compreender o desenrolar de determinados fatos (como o fim da Guerra Fria, por exemplo) no regime de *apartheid* e sua decadência. A teoria, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye, demonstra um contraponto ao realismo clássico, enfatizando, por exemplo, o poder de organizações internacionais e empresas multinacionais no sistema internacional (enquanto o realismo defendia que os Estados eram os únicos atores relevantes).

Keohane e Nye explicam que, ações ocorridas em determinada parte do mundo podem vir a desembocar nas mais diversas reações, em uma outra região do planeta. Ou seja, o mundo está interdependente nos mais diversos aspectos (primordialmente, entretanto, o aspecto econômico). Os autores defendem ainda que, devido a essa interdependência, o sistema internacional está mais propício à cooperação. A título de exemplo ilustrativo, supomos que temos um país que é o maior produtor de leite do mundo. Esse país, devido a alguma grave crise econômica interna, ameaça cortar pela metade sua produção do bem. Devido às consequências negativas que isso implicaria aos demais países, que importam o produto, o sistema internacional busca a cooperação, para ajudar o primeiro a sair de sua crise, minimizando assim, os danos para todos os envolvidos. Essa tendência à cooperação faz um contraponto com as teorias realistas clássicas, que defendiam que o poderio militar estaria no topo da cadeia hierárquica de ações estratégicas.

A *Consolidated Gold Fields*, mineradora britânica citada anteriormente, prevendo uma perda significativa em seus investimentos na África do Sul no caso de uma eventual guerra civil, decidiu colaborar com o país sul-africano. Esse fato ilustra a tendência à cooperação estudada por Keohane e Nye. Os autores explicam que as multinacionais são atores de grande relevância no sistema internacional, e têm seus

próprios objetivos (KEOHANE; NYE, 2001). No caso específico da *Gold Fields*, seus objetivos (salvar seus investimentos) acabaram por desencadear o início de negociações que foram de suma importância para a posterior queda do regime de *apartheid*.

Além da questão da multinacional britânica, na qual a teoria da interdependência se mostra presente devido a interesses econômicos, pode-se relacionar à teoria, o fim da Guerra Fria (fatores políticos). Como citado anteriormente, houve a gradual retirada de apoio ao governo sul-africano por parte das grandes potências, logo após o fim da Guerra Fria, o que mostra, na prática, os efeitos da teoria da interdependência complexa, e como o fim da ordem bipolar colaborou com o enfraquecimento do regime de *apartheid*.

2.5 Considerações

Diante das três esferas apresentadas (internacional, regional e interna), nota-se que a África do Sul passa por uma gradual perda de apoio das potências que, anteriormente, apoiavam seu regime. Pode-se dizer que o fim da Guerra Fria é um fator determinante, embora não seja o único, que deu condições para que as negociações formais fossem iniciadas. Junto a isso, a África do Sul também perdeu parte do apoio regional, muito por conta das independências dos países da África Austral. Por fim, no âmbito interno, nota-se a grande instabilidade política e social pela qual o país passava. Como dito anteriormente, diversos setores da população se opunham ao regime segregacionista, o que o enfraqueceu significativamente.

Somado aos aspectos que explicitavam a decadência do *apartheid* estava o bom andamento das negociações secretas entre o Congresso Nacional Africano e o Partido Nacional. Nesse momento, nota-se que uma transição negociada era inevitável e melhor para ambos os lados interessados. A negociação era a melhor saída pois o regime de *apartheid* não contava mais com o apoio dos pilares que o ergueram, e viria a ruir de uma maneira ou de outra, seja com as negociações, ou com uma eventual guerra civil.

3. AS NEGOCIAÇÕES SECRETAS

Antes de dar início à análise das negociações secretas na África do Sul, é necessário entender que, visto que o país tem abundância em minérios (ouro, diamante, antimônio, platina, carvão, entre outros minérios, são abundantes na África do Sul), sempre houve interesse externo nesse setor específico. As mineradoras estrangeiras eram comuns no país sul-africano durante praticamente todo o século XX.

No contexto de instabilidade social pelo qual a África do Sul estava passando na década de 1980, muitas dessas mineradoras tinham o receio de que seus investimentos no país fossem abalados. Diante disso, os assessores políticos de uma famosa mineradora britânica chamada *Consolidated Gold Fields* perceberam a necessidade de um processo negocial se iniciar no país, para que a estabilidade social fosse consolidada e, em consequência, os investimentos da mineradora fossem salvos. Michael Young, um desses assessores, convenceu seus superiores de que a empresa deveria interceder na África do Sul, não somente para salvar os investimentos da *Gold Fields* no país, mas também para tentar colaborar com o fim da tensão que alguns autores consideram como a iminência de uma guerra civil na África do Sul (BAKER, 1990).

3.1 Narrativa da negociação

Michael Young chegou à África do Sul com a missão de persuadir os principais intelectuais representantes da comunidade africâner a negociar com o Congresso Nacional Africano. Após um longo período de aproximações e recusas, Young consegue levar para a mesa de negociação o professor africâner Willie Esterhuyse, que representava os interesses da comunidade branca sul-africana. Do outro lado da mesa de negociação estava Thabo Mbeki, representante do Congresso Nacional Africano. As negociações foram mediadas pela *Consolidated Gold Fields*, e se deram numa casa pertencente à empresa, no Reino Unido.

O início das negociações é marcado por vários pequenos impasses por parte dos negociadores, visto que o Congresso Nacional Africano e o Partido Nacional tinham posições e objetivos completamente distintos. Enquanto um buscava a retirada do banimento de seu partido como partido político, o fim do regime de *apartheid* e uma maior igualdade racial na África do Sul, o outro visava manter o *status quo*. O CNA ainda frisava que não poderia oferecer muitas concessões, pois eles estavam fora do sistema político, e só podiam expor suas demandas. Uma das maiores demandas do CNA na mesa de negociação era a libertação de seu líder Nelson Mandela, que se encontrava na prisão desde a década de 1960. Eles afirmavam que, somente após suas demandas serem acolhidas, uma transação pactuada para a democracia seria possível.

Justamente pelo *status quo* estar a favor do Partido Nacional é que o mesmo recusava ser flexível e estudar as propostas do outro lado da negociação. O principal argumento dos representantes africâneres era que uma mudança política para a regra de maioria poderia abalar a estabilidade econômica atingida pelo país (em comparação com outros Estados africanos). Essa disputa de vontades permaneceu inabalável durante as primeiras rodadas da negociação, que sempre barrava no conflito de interesses. O principal argumento contra o Congresso Nacional Africano usado pelos africâneres era de que o CNA não poderia continuar com a luta armada¹ e os atentados. Um exemplo desses atentados foi o estouro de uma bomba em um centro de compras em Roodepoort, próximo a Joanesburgo, matando 4 pessoas (NEW YORK TIMES, 1988). E, mesmo que Thabo Mbeki também fosse contra tais atos, eles permaneciam acontecendo, o que se tornava um embargo às negociações.

Devido a esses problemas inicialmente encontrados e ao pouco avanço do processo negocial, Michael Young teve de recorrer à criatividade para tentar dar mais fluidez às negociações. Ele colocou Thabo Mbeki em quarto próximo ao de Willie Esterhuyse na mansão da Consolidated Gold Fields, o que culminava em eventuais encontros informais e, segundo imaginava Young, poderia trazer mais sucesso no processo negocial. Quanto à eficácia de tal ação nada podemos afirmar, mas depois

¹ Após o Massacre de Sharpeville, o Congresso Nacional Africano criou o Umkhonto we Sizwe, ou “Lança da Nação”, em zulu. Consistia no braço armado do CNA.

de primeiros meses de pouco avanço no processo negocial, os negociadores pareciam mais abertos a encontrar uma solução para a questão.

Grande parte desse avanço se deve também a fatores externos, como a iminente guerra civil e o descontentamento da população com a situação do país na época, como mencionado anteriormente. Tendo em mente esses aspectos, os negociadores bôeres, que representavam a comunidade branca sul-africana, foram obrigados a ser mais flexíveis. Alguns autores afirmam que poucos intelectuais brancos da África do Sul, em tal momento, já tinham consciência de que o sistema de *apartheid* estava próximo de seu fim. Tendo isso em mente e de modo a minimizar as perdas da comunidade branca, os negociadores tentariam, mais tarde (durante as negociações formais de 1990 a 1993), fazer com que o *apartheid* fosse extinto do papel sem grandes mudanças para a população. Um exemplo claro disso é a resistência à reforma agrária por parte dos bôeres, visto que eles detinham a maioria das terras sul-africanas. Com isso, os brancos continuariam com as propriedades e o poder, e os negros, marginalizados nas grandes cidades.

Um dos grandes entraves às negociações era o fato de que o Congresso Nacional africano mantinha um braço armado, conhecido como *Umkhonto we Sizwe* (que significa, em Zulu, “lança da nação”). Essa organização realizava ataques terroristas em diversas partes da África do Sul, e era um dos motivos para os representantes bôeres não confiarem no CNA. Em 1988, quando as negociações estavam progredindo satisfatoriamente, um shopping foi bombardeado em *Roodepoort*, perto de Joanesburgo. Apesar de Thabo Mbeki ter sido obrigado a afirmar que o CNA não tinha o total controle do que seu braço armado poderia fazer, tal fato deu um trunfo aos negociadores bôeres, aumentando seu poder de barganha. Após esse incidente, há um comprometimento por parte do Congresso Nacional Africano a proteger os inocentes e parar com a luta armada (HARVEY, 2001).

Nesse caso específico, os representantes bôeres puderam impor suas vontades de que a luta armada teria que ser extinta. O CNA, liderado por Mbeki na mesa de negociação, não teve como contra-argumentar, e cedeu, comprometendo-se a fazer o máximo para que tais atos terroristas fossem abolidos. A partir deste momento, nota-se uma convergência de pensamentos no que diz respeito à vontade de que a negociação evoluísse de fato (HARVEY, 2001).

O professor Pierre Du Toit expõe claramente os principais assuntos que foram abordados durante as negociações, e como eles foram sendo reduzidos de modo que a negociação ocorresse da melhor forma:

The agendas reflected the exploratory engagements typical of such events. Preconditions for formal talks, the role of violence, the matter of political prisoners and the contending scenarios of what a South Africa after *apartheid* should look like served as the initial, vague topics of discussion. By the sixth meeting, however, issues narrowed down considerably to matters of preconditions for formal talks (the release of prisoners, especially Mandela), the process of such talks (should international intermediaries be involved or not, etc.), and constitutional positions (majority rule, power-sharing, etc.) (DU TOIT, 2001, pg. 56).²

Percebe-se, então, que o processo negocial iniciou buscando abranger uma vasta gama de fatores de uma só vez, o que não foi possível. A partir do momento em que foi posto um foco nos assuntos a serem abordados, a negociação começou a fluir mais rapidamente.

3.2 De Klerk e as reformas fundamentais

No final da década de 1980, o mandato do então presidente Pieter Botha chega ao fim, e ele é sucedido por Frederik Willem de Klerk. De Klerk e sua equipe tiveram a sensibilidade política para perceber que uma transição negociada (oficial e formal) seria de fato a melhor saída, tanto para os brancos quanto para os negros sul-africanos. Esse sentimento de que o *apartheid* estava em seus últimos momentos passou a ser compartilhado cada vez mais pelos brancos sul-africanos. O número de brancos que iam às ruas de Johannesburgo protestar contra o regime e apoiar os negros aumentava significativamente no decorrer dos anos.

As negociações informais foram de suma importância para a queda do regime. Primeiramente, porque foi a primeira negociação na qual o Congresso Nacional Africano e o Partido Nacional foram flexíveis o suficiente para entender e estudar as

² Tradução: As agendas refletiam o engajamento exploratório típico de tais eventos. Precondições para negociações formais, o papel da violência, a questão dos prisioneiros políticos e os cenários em disputa sobre o que uma África do Sul pós-*apartheid* deveria parecer, serviram de tópicos de discussões iniciais e vagos. Na sexta reunião, entretanto, os tópicos reduziram consideravelmente a questões de precondições para negociações formais (a soltura de prisioneiros, especialmente Mandela), o processo de tais negociações (se intermediários internacionais deveriam estar envolvidos ou não, etc.), e posições constitucionais (regra da maioria, divisão de poder, etc.) (DU TOIT, 2001, tradução nossa).

demandas alheias. O CNA tem uma história de tentativas de negociação com os brancos, mas essa história tomou uma curva (principalmente após o Massacre de Shaperville, no qual morreram 69 negros), levando o partido a abandonar essas tentativas e recorrer à luta armada. Nessas negociações secretas, a história foi diferente. Devido a vários motivos (que serão abordados mais adiante), mas, principalmente, à fragilidade na qual o regime de *apartheid* se encontrava, o Partido Nacional foi obrigado a ceder e ouvir as demandas de seu adversário, para que o regime não terminasse de maneira pior. Segundo a professora Analúcia Danilevicz Pereira, os brancos sul-africanos não necessariamente escolheram o fim do *apartheid*, mas eles foram deixados sem opções pela conjuntura que estava presente no país.

Frederik de Klerk, na virada da década de 1980 para a década de 1990, teve essa visão política e entendeu que a transição era inevitável. De Klerk percebe que seria melhor dar início às negociações o mais rápido possível, enquanto o Partido Nacional ainda gozava de uma posição de força (BAKER, 1990). De Klerk então retira o banimento ao Congresso Nacional Africano como partido político, e declara a soltura do líder do CNA, Nelson Mandela, no início do ano de 1990. A partir daí, é iniciada uma gama de reformas que visavam uma transição por intermédio de negociação, para um regime democrático. Por causa de seus atos, De Klerk ganha, junto com Nelson Mandela, o prêmio Nobel da paz em 1993.

3.3 Análise do processo negocial em si

Pode-se dizer que esse processo negocial foi bem sucedido tanto por fatores externos quanto por fatores internos à negociação. Toda negociação está sujeita a uma interferência externa. No caso em questão, fatores como o descontentamento da população com o sistema vigente, a crise dos anos 1980, o fim da Guerra Fria, entre outros, colaboraram para que os negociadores moldassem suas estratégias de modo a conseguir os seus objetivos na medida do que era possível e tangível.

O início das negociações foi turbulento, como mencionado anteriormente. No princípio, as conversas contaram com uma não surpreendente postura posicional adotada por ambos os lados. Uma postura posicional se refere ao fato de que ambos

os negociadores são inflexíveis, o que é considerado extremamente desfavorável para uma negociação (FISHER (2005); BRUCE (2005); PATTON, (2005)).

Segundo o método negocial apresentado na obra de Fisher, Bruce e Patton, o negociador ideal é aquele que consegue separar as pessoas do problema. Devido à rivalidade histórica entre o Congresso Nacional Africano e os representantes bôeres, os negociadores não conseguiram dissociar as pessoas e os sentimentos do problema em questão, num momento inicial. O problema era, em linhas gerais, o transtorno social que o sistema de *apartheid* estava causando na África do Sul. A política segregacionista já havia alcançado sua quarta década, e começava a dar sinais de decadência, principalmente devido a fatores como a comoção internacional e a crise da dívida de 1985, como mencionado no capítulo anterior.

Do ponto de vista das teorias de negociação, um lado não se deve deixar levar pelas emoções para atingir seus objetivos no processo negocial. Aqui cabe uma crítica a tais teorias, visto que em diversos momentos, o uso de argumentação baseada em fatores emocionais provou ser frutífera. O principal exemplo de que argumentos emocionais se provaram produtivos consiste no fato de que, após o bombardeio de *Roodepoort*, ambos os lados da negociação se solidarizaram com o sentimento de insegurança pelo qual a população estava passando, e se disponibilizaram a encontrar um acordo o mais rápido possível.

Os fatores internos têm tanta relevância quanto os externos no desfecho da negociação. As estratégias utilizadas pelos negociadores e os argumentos utilizados por eles foram o que moldaram o desfecho do processo. As teorias de negociação tratam a questão da busca por ganhos mútuos com bastante importância. Segundo Fisher, Ury e Patton (2005), a criatividade para a busca por opções é uma característica dos grandes negociadores. Nessas negociações iniciais, a sensibilidade dos negociadores de ambos os lados para que houvesse uma transição negociada de regime político foi de extrema importância para o desfecho do processo.

Outro aspecto importante que as teorias de negociação abordam é a questão das alianças. Quanto mais aliados poderosos um lado negociador tem, mais poder de barganha ele terá. Nessas negociações informais, não se pode aprofundar na questão de aliados que tinham influência direta na mesa de negociação, justamente pelo fato das negociações serem secretas. Essas alianças ficam mais claras nas negociações

formais (de 1990 a 1993), que são de conhecimento geral da população. O que se pode mencionar com mais clareza é o apoio, mesmo que velado, de algumas potências ao Partido Nacional e ao Congresso Nacional Africano. Mesmo que indiretamente, esse apoio interferiu no desfecho do processo negocial.

4. AS NEGOCIAÇÕES OFICIAIS

Frederik Willem de Klerk, após suceder Pieter Willem Botha na presidência da África do Sul, tomou atitudes que demonstravam a pré-disposição do Partido Nacional a uma transição por meio da negociação (por motivos abordados anteriormente). Entre essas atitudes, tem-se a libertação de Nelson Mandela e outros prisioneiros políticos, como Walter Sisulu, um dos fundadores e líderes do *Umkhonto we Sizwe*, braço armado do CNA. De Klerk também retirou o banimento de alguns partidos políticos, como o Congresso Nacional Africano, o Partido Comunista Sul-Africano, o Congresso Pan-Africano, entre outros, fazendo com que essas organizações pudessem voltar às suas atividades legais e fazer parte das negociações.

De Klerk tinha a clara visão de que o regime de *apartheid* estava despedaçado e viria a ruir, então, por meio de todas essas reformas, ele garantiu que o Partido Nacional estivesse presente e bem representado numa África do Sul democrática. Era de suma importância que o PN participasse do processo de democratização, de modo a minimizar a perda de poder do mesmo.

4.1 A questão das alianças e o papel dos Estados Unidos

Diante de uma conjuntura que precedia negociações formais, o Partido Nacional e o CNA estavam focados na busca por ampliação das alianças internacionais, e de reafirmar as alianças já existentes.

Com a libertação de Nelson Mandela, a Inglaterra apresentou, com o apoio de Portugal, uma proposta de diminuição das sanções junto à Comunidade Econômica Europeia. Itália e Espanha também se mostravam dispostos a diminuir os embargos

ao governo sul-africano, enquanto Irlanda e Dinamarca demonstravam simpatia à causa do CNA. Por fim, em negociações internas europeias, ficou acertado que a CEE iria manter as sanções, porém, haveria uma gradual diminuição das mesmas, de acordo com o progresso das negociações. Percebe-se assim, que a Europa como um todo buscou ser diplomática e atender os dois lados da negociação.

A administração Reagan, nos EUA, teve seu fim junto com a administração Botha, na África do Sul. George Bush é quem assume a presidência dos Estados Unidos, no mesmo período que De Klerk assume a África do Sul. Os EUA assumem, neste momento, um papel de intermediador dos dois lados do conflito, recebendo, na Casa Branca, Nelson Mandela e, posteriormente, De Klerk. Sabe-se que ambos foram ao país com o mesmo assunto em mente, e objetivos antagônicos. Mandela queria que os EUA não acabassem com o *Comprehensive Anti-Apartheid Act*, ou seja, continuassem com as sanções contra o governo da África do Sul (THOMSON, 2008). De Klerk queria o contrário, a retirada das sanções. Bush não quis entrar em conflito com o congresso norte-americano na época, e foi decidido que o CAAA continuaria em vigor. Porém, em junho de 1991, os Estados Unidos entenderam que o governo sul-africano havia preenchido os requisitos para as retiradas das sanções, depois que De Klerk anunciou a libertação de mais presos políticos. Bush então, retirou as sanções de comércio e investimento, demonstrando um apoio ao governo de Pretória.

Os Estados Unidos da América tinham, durante a administração Bush, um grande interesse em participar diretamente das negociações como mediadores. O presidente Bush fez inúmeras propostas ao Congresso Nacional Africano e ao Partido Nacional para ser um mediador das negociações. Como resultado, o CNA e o PN recusaram essas propostas, alegando que a solução para o conflito dos sul-africanos teria de partir dos próprios sul-africanos. Claramente, então, a estratégia dos EUA em moldar uma nova África do Sul aos moldes do que seria interessante para os norte-americanos, falhou.

O CNA precisava buscar outros parceiros que ajudassem a financiar o partido, visto que a Alemanha Oriental e a União Soviética não existiam mais. O partido conseguiu apoio principalmente na África. Mandela visitou e fortaleceu seus laços com o Zimbábue, Zâmbia, Nigéria e com o Movimento Popular de Libertação de Angola. Na Europa Mandela não conseguiu apoio absoluto (como mencionado anteriormente),

mas no Canadá ele conseguiu financiamento para o CNA (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Nota-se que o processo negocial para o fim do *apartheid* não contou com uma grande influência externa. Os apoios e alianças internacionais foram importantes, mas não incidiram diretamente no processo negocial em si. Restou para as grandes potências, sobretudo os Estados Unidos, influenciar indiretamente nas negociações. Os EUA contribuíram realizando seminários para os negociadores de ambos os lados, sobre os temas que causavam mais divergências nas negociações, como o sistema eleitoral, divisão de poder, ações afirmativas, entre outros.

4.2 As pré-negociações

As negociações formais denominaram-se *Convention for a Democratic South Africa*, ou convenção para uma África do Sul democrática. Porém, anteriormente a essas convenções, alguns outros documentos foram assinados entre o Partido Nacional e o Congresso Nacional Africano, de modo a tentar sanar alguns problemas, principalmente relativos à violência e segurança. Os mais importantes foram o *Groote Schuur Minute*, *Pretoria Minute* e o *National Peace Accord*.

O *Groote Schuur Minute* foi assinado pelo CNA e o PN em 4 de maio de 1990. Foi um acordo bilateral no qual os dois lados concordavam em achar uma solução para o clima de violência existente no país. Durante a reunião, o Congresso Nacional Africano insistiu na libertação de muitos dos prisioneiros políticos que ainda estavam presos, e no retorno de exilados políticos. O Partido Nacional não aceitou essas demandas nestes termos, mas fez uma contraproposta que foi aceita pelo CNA. Foi criado, então, um grupo de trabalho que visava estudar as ofensas políticas, e trabalhar com a questão dos exilados políticos e prisioneiros políticos. A estratégia do CNA era fazer com que os prisioneiros e exilados políticos pudessem voltar à África do Sul, para participar das negociações. A negociação foi bem-sucedida e foi um marco histórico, pois abriu caminho para as negociações formais (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 1990-a).

Em 6 de agosto de 1990, meses após o *Groote Schuur Minute*, foi assinado o *Pretoria Minute*, pelo CNA e o PN. Essa reunião foi extremamente frutífera e resolveu alguns dos embargos que estavam impedindo a iniciação das negociações formais. Nela, foram descritos os frutos do grupo de trabalho criado com o *Groote Schuur Minute*, o que culminou com a possibilidade do retorno de prisioneiros e exilados políticos ao país e às negociações (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 1990-b).

Um dos maiores embargos às negociações formais era o fato de que o Partido Nacional não se permitia negociar enquanto o Congresso Nacional Africano mantivesse a violência e a luta armada como políticas do partido. No *Pretoria Minute*, ficou acordado que o CNA suspenderia suas ações armadas. O PN tinha a intenção de que o CNA renunciasse completamente à luta armada, e não apenas suspendesse-a. Porém, os líderes do CNA argumentaram que a luta armada só poderia ser abandonada por completo quando uma nova constituição entrasse em vigor. A transformação política, segundo o CNA, deveria estar num estágio que fosse irreversível, antes das armas serem descartadas por completo. O CNA temia que as negociações pudessem dar errado, e, nesse caso, eles teriam que retomar o movimento armado. Mesmo com esse detalhe, o Partido Nacional aceitou a suspensão da luta armada, e esse embargo às negociações não existia mais.

Ainda que se estivesse caminhando rumo a negociações formais, a África do Sul passava por um momento de grande instabilidade social, e os índices de violência no país eram enormes (DU TOIT, 2001). Na tentativa de diminuir esses índices e tranquilizar a população, foram realizadas reuniões multipartidárias para discutir uma solução. Nessas reuniões, foi acertado o *National Peace Accord*, que foi um acordo assinado por 29 partidos diferentes, incluindo o CNA e o Partido Nacional. Nesse acordo, as 29 instituições partidárias comprometiam-se a criar um ambiente pacífico e propício a conversas formais, em meio à violência que existia no país. Esse foi, então, o acordo que de fato abriu as portas para a CODESA (*Convention for a Democratic South Africa*).

4.3 CODESA I, CODESA II e as negociações bilaterais

Em dezembro de 1991, 19 delegações se reuniram pela primeira vez na África do Sul, a fim de iniciar as conversas formais que mudariam o futuro do país. A CODESA, ou *Convenção para uma África do Sul Democrática*, contou com uma grande variedade de delegações. O governo sul-africano, por exemplo, enviou uma delegação separada da delegação do Partido Nacional. Grande parte das etnias estavam representadas, como a maioria negra, os brancos, os indianos, o povo *Zulu*, entre outros. Alguns partidos recusaram-se a enviar delegações, principalmente os partidos mais radicais e extremistas. As abstinências mais notáveis da extrema direita foram: o Partido Conservador, o *Afrikaner Weerstandsbeweging* (Movimento de Resistência Afrikaner) e o *Herstigste Nasionale Party* (Partido Nacional Reestabelecido). No âmbito de partidos esquerdistas, ficaram de fora dessas negociações: Organização do povo da Azânia, o Movimento de Consciência Negra da Azânia e o Congresso Pan-africano.

Durante as reuniões, acertou-se que seriam implementados cinco grupos de trabalho, cada um com um foco diferente. O professor Pierre du Toit explica os objetivos de cada grupo:

[...] It was also agreed to set up five working groups, to deal with particular matters. Working group 1 was assigned to deal with the question of establishing a climate for free political participation, and with the role to be played by the international community. Working group 2 had to deal with constitutional principles, working group 3 with transitional arrangements, working group 4 with the political future of the homelands and the last group would establish time frames for the negotiations process (DU TOIT, 2001, pg. 62).³

Algum progresso foi feito devido aos grupos de trabalho, como a soltura de inúmeros presos políticos e o retorno de exilados. Além disso, ficou proibido o uso de força militar como instrumento político. Foi acertado também que um governo interino seria instaurado na África do Sul enquanto as conversas estivessem acontecendo.

³ Tradução: Também foi acertada a criação de cinco grupos de trabalho, a fim de tratar de questões específicas. O grupo de trabalho 1 foi designado a tratar com a questão de estabelecer um clima para a participação política livre, e também a decidir o papel da comunidade internacional. O grupo de trabalho 2 teve que lidar com princípios constitucionais; o grupo de trabalho 3 teve de lidar com os preparativos da transição; o grupo de trabalho 4 lidaria com o futuro político dos bantustões, e o último grupo estabeleceria prazos para o processo negocial (DU TOIT, 2001, tradução nossa).

Isso configura uma transição de dois estágios, que era uma demanda do Congresso Nacional Africano e do Congresso Pan-africano. O Partido Nacional defendia a transição de um estágio só, na qual o PN ficaria no poder até que as negociações acabassem.

A despeito do progresso alcançado, ainda existiam vários impasses que impediam o avanço do processo negocial. O maior deles consistia na proporção de votos no parlamento interino para que a nova constituição fosse aceita, posteriormente. O Partido Nacional defendia que uma maioria de 75% deveria existir para que a constituição fosse adiante. Já o Congresso Nacional Africano defendia uma maioria de dois terços. Esse impasse não conseguia ser resolvido pelos negociadores, visto que ambos adotavam uma postura posicional (na qual não faziam concessões e não alcançavam um acordo).

No momento em que as negociações não fluíam, houve o massacre de *Boipatong*, em 17 de junho de 1992, no qual 45 apoiadores do Congresso Nacional Africano foram assassinados no hotel em que se encontravam, e muitos outros mutilados, por apoiadores do *Inkatha Freedom Party* (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 1992). Esse evento é um ponto chave para as negociações, pois o CNA acusou o governo sul-africano de treinar e financiar os guerrilheiros do IFP. Segundo o CNA, o governo estava usando esses guerrilheiros como uma “terceira força”, que visava aumentar a violência e desestabilizar ainda mais o país (WA MUIU, 2008). Com bases nessas acusações, o CNA abandonou as negociações, causando o colapso da CODESA.

Após a retirada, o Congresso Nacional Africano fez uma lista das condições para que o partido voltasse à mesa de negociações. Entre as condições, estava a imediata soltura dos prisioneiros políticos. Porém, o governo estava intransigente em aceitar os termos.

Com as negociações oficiais interrompidas, o único canal de troca de informações entre o Partido Nacional e o Congresso Nacional Africano eram negociações bilaterais. Essas negociações eram realizadas primordialmente entre o ministro Roelf Meyer e o secretário geral do CNA, Cyril Ramaphosa. Durante essas negociações bilaterais, o PN mostrou-se menos intransigente e fez algumas

concessões importantes. Por exemplo, o partido abandonou o projeto de poder compartilhado e o de presidência rotativa (WA MUIU, 2008).

Apesar desses avanços nas negociações, o país vivia um grande clima de violência. Em 7 de setembro de 1992, ocorreu um grande massacre na cidade de Bisho. Apoiadores do Congresso Nacional Africano estavam fazendo uma passeata no bantustão⁴ de Ciskei, cidade de Bisho. Porém, as forças armadas abriram fogo, matando 29 pessoas. Esse massacre colocou uma grande pressão por parte da comunidade internacional e da opinião pública nacional, no governo sul-africano e no CNA, para que ambos voltassem à mesa de negociação e encontrassem uma solução para o clima de violência o mais rápido possível.

As negociações bilaterais entre o governo e o CNA continuavam avançando, mesmo sem contar com os outros partidos. No dia 26 de setembro de 1992, foi assinado o *Record of Understanding*. Nesse acordo, foi acertado que todos os prisioneiros políticos remanescentes seriam libertados, hotéis em áreas de perigo seriam protegidos por uma cerca (por causa do massacre de *Boipatong*) e as armas perigosas seriam banidas (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 1992). Sendo assim, o acordo serviu como base para que as negociações formais e multipartidárias fossem retomadas.

As negociações foram retomadas em abril de 1993, e foram denominadas CODESA II. Essa segunda convenção teve uma estrutura diferente da primeira, contando com mais partidos. À direita do espectro político, o partido mais notável que aderiu à CODESA II foi o Partido Conservador, e à esquerda, o Congresso Pan-africano.

Finalmente, os partidos chave das negociações, Congresso Nacional Africano e Partido Nacional, estavam fazendo com que as negociações fluíssem, muito devido às pressões internas e internacionais que o país estava sofrendo. Essas pressões diziam respeito à violência que existia no país, e faziam com que os negociadores tivessem mais urgência para encontrar um acordo. Sendo assim, os últimos pequenos impasses foram resolvidos. O CNA e o PN concordaram com a anistia geral, fronteiras regionais, questões relacionadas ao serviço público e às forças armadas. Com todas

⁴ Bantustões eram os locais reservados à residência da população negra da África do Sul, no período do *apartheid*.

as questões debatidas e acordadas, foi marcada então as primeiras eleições democráticas da África do Sul, para a data de 27 de abril de 1994, e o processo negocial chegou ao seu fim.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transição negociada na África do Sul, que visava a implementação de um regime democrático no país, pode ser dividido em partes, como visto neste trabalho. Primeiramente tem-se as negociações informais e secretas, que instauram-se num contexto de grande violência urbana e insatisfação social pelo qual a maioria da população do país passava. Como renderam bons frutos e algum progresso foi alcançado (soltura de Nelson Mandela, fim do banimento do CNA enquanto partido político, etc.), as negociações informais foram cruciais para que negociações oficiais se iniciassem no país. As negociações oficiais duraram cerca de 4 anos (1990 a 1994), e culminaram com as primeiras eleições democráticas da África do Sul.

Como pano de fundo para o processo negocial como um todo, temos uma conjuntura que deve ser considerada para entendermos o início, o desenvolvimento e o desfecho do processo. As conjunturas internacional, regional e interna têm grande relevância nesse sentido, contribuindo para o enfraquecimento gradual do regime de *apartheid*.

No que tange o aspecto internacional, tem-se que a Organização das Nações Unidas já havia condenado o regime, e muitos países impunham sanções econômicas à África do Sul (Estados Unidos, países da Europa, etc.). Os brancos sul-africanos eram vistos pela opinião pública internacional como vilões (DU TOIT, 2001). Todos esses fatores, somados, colaboraram para o enfraquecimento do *apartheid* e aumentaram a necessidade de uma transição negociada para a democracia.

Ainda no âmbito internacional, o fim da Guerra Fria deve ser analisado friamente. Num primeiro momento, a dissolução da União Soviética e Alemanha Oriental configurou-se numa vantagem para o Partido Nacional, pois os países supracitados eram os grandes financiadores do Congresso Nacional Africano,

colaborando com dinheiro, armas, *know-how*, etc. A perda de seus principais aliados enfraqueceram o CNA num momento inicial, porém, a queda do muro de Berlim provou ter consequências úteis para o partido. Com o fim da ordem bipolar, as grandes potências ocidentais (notoriamente os Estados Unidos) retiraram gradativamente o apoio ao governo da África do Sul (e, em consequência, ao *apartheid*). Essa retirada de apoio deve-se ao fato de que, durante a Guerra Fria, o governo sul africano servia como barreira contra o avanço do comunismo na África. Com a dissolução da União Soviética, o apoio ao regime segregacionista por parte das grandes potências se torna desnecessário (somado ao fato de que a opinião pública internacional já reprovava o regime).

No âmbito regional, há a independência de países vizinhos, como Moçambique, Zimbábue e Namíbia. Essas independências configuram uma perda da influência sul-africana sobre seus vizinhos da África Austral, visto que, após as independências, seria muito mais difícil influenciar as tendências ideológicas que cada governo teria. Esse fator também contribuiu para a decadência do *apartheid*.

Os problemas internos da África do Sul consistem basicamente na questão da violência e instabilidade social que o país vivia nos anos que as negociações analisadas aconteceram (de 1985 a 1994). O clima de violência e os constantes conflitos, principalmente entre as forças armadas e os apoiadores do Congresso Nacional Africano, colaboraram para criar um ambiente de instabilidade no qual a manutenção do regime se mostrou insustentável.

Aliados a esses aspectos que contribuíram para a falência do regime de *apartheid*, está o avanço nas negociações *informais*, que estabeleceram os pilares fundamentais para que as negociações *oficiais* fossem iniciadas. Os maiores avanços foram a retirada do banimento de vários partidos políticos (como o Congresso Nacional Africano, o Partido Comunista Sul Africano, entre outros), que haviam sido banidos e não eram reconhecidos oficialmente como partidos políticos, e a soltura de vários prisioneiros políticos, em especial Nelson Mandela.

As lideranças do Partido Nacional, a partir da década de 1980 e, mais claramente, após a chegada de Frederik De Klerk à presidência, perceberam que o regime de *apartheid* iria vir a acabar inevitavelmente. Então, para minimizar os danos, o partido decidiu ceder e participar de negociações que transformariam a África do Sul

em uma democracia. Essa estratégia do Partido Nacional demonstrou-se proveitosa, visto que o mesmo teve influência direta na transição e na divisão de poder da nova África do Sul, podendo tomar algumas decisões que protegessem seus interesses, como por exemplo a vice-presidência de De Klerk na candidatura de Nelson Mandela, em 1994.

Ainda na análise das negociações, percebe-se que o processo negocial em si foi pouco (se não nada) influenciado por grupos externos. As convenções multipartidárias contavam somente com partidos estritamente ligados à África do Sul. As grandes potências, em especial os Estados Unidos (que tinham extremo interesse em agir como mediadores das negociações), tiveram seus convites⁵ educadamente recusados pelo Congresso Nacional Africano e pelo Partido Nacional, deixando as negociações tão imparciais quanto fosse possível.

⁵ Os Estados Unidos se convidaram para mediar as negociações, porém, foram recusados pelo CNA e PN, sob o argumento que as negociações deveriam ser um assunto interno da África do Sul, livre de influências externas.

REFERÊNCIAS

AFRICAN NATIONAL CONGRESS. “**Boipatong Massacre**”. 18 de junho de 1992. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/show.php?id=8430>>. Acesso em: 29 de julho de 2014.

_____. “**The Grootte Schuur Minute**”. Cidade do Cabo: 4 de maio de 1990. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/show.php?id=3881>>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

_____. “**The Pretoria Minute**”. Pretoria: 6 de agosto de 1990. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/show.php?id=3884&t=Transition%20to%20Democracy>>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

_____. “**Record of Understanding**”. 26 de setembro de 1992. Disponível em: <<http://www.anc.org.za/show.php?id=4206>>. Acesso em: 29 de julho de 2014.

BAKER, Pauline. **A Turbulent Transition**. Baltimore: Journal of Democracy, 1990.

BERGER, Iris. **South Africa in World History**. Nova Iorque: Editora Oxford University Press, 2009.

BOND, Patrick. **Elite Transition: From Apartheid to Neoliberalism in South Africa**. África do Sul: Editora Pluto Press, 2000.

DU TOIT, Pierre. **South Africa’s Brittle Peace: The Problem of Post-Settlement Violence**. Nova Iorque: Editora Palgrave, 2001.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como Chegar ao Sim: Negociação de Acordo sem Concessões**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2005.

HARVEY, Robert. **The Fall Of Apartheid: The Inside Story from Smuts to Mbeki**. Nova Iorque: Editora Palgrave, 2001.

International Institute for Democracy and Electoral Assistance. **Negotiating a Political Settlement in South Africa**. Estocolmo: International IDEA, 2001.

KAUFMAN, Stuart J. **The End of Apartheid: Rethinking South Africa’s ‘Peaceful’ Transition**. Newark: University of Delaware, 2012.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. Hinsdale: Editora Elm Street, 2001.

LAX, A; SEBENIUS, J. **Negociação 3D – Ferramentas poderosas para modificar o jogo nas suas negociações**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MAHARAJ, Mac. **The ANC and South Africa’s Negotiated Transition to Democracy and Peace**. Berlim: Berghof Research Center, 2008.

NATHAN, Laurie. **Accounting for South Africa's Successful Transition to Democracy**. Londres: Development Research Centre, 2004.

NEW YORK TIMES. "4 Die in Worst South Africa Bombing in a Year". 4 de junho de 1988. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1988/06/04/world/4-die-in-worst-south-africa-bombing-in-a-year.html>>. Acesso em: 29 de julho de 2014.

SONNEBORN, Liz. **The End of Apartheid in South Africa**. Nova Iorque: Editora Chelsea House, 2010.

THOMSON, Alex. **U.S Foreign Policy Towards Apartheid South Africa, 1948-1994**. Nova Iorque: Editora Palgrave, 2008.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

WA MUIU, Mueni. **The Pitfalls of Liberal Democracy and Late Nationalism in South Africa**. Nova Iorque: Editora Palgrave, 2008.

